



Brasília-DF, 12 de julho de 2024

CNTI e NCST participam do Fórum Interconselhos

O Conselheiro representante da CNTI, **Eduardo Armond** e a conselheira **Sonia Zerino** participam do Fórum Interconselhos



Na manhã desta quinta-feira, 11 de julho, o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, fez abertura do Fórum Interconselhos, no auditório do TCU. Na pauta, temas relevantes da participação social do governo federal, estão sendo debatidos nos dias 11 e 12 de julho. Entre os assuntos mais importantes está o lançamento do G20 Social.

O governo federal tem um calendário repleto para o G20 Social que antecede o encontro de 14 a 16 de novembro no Rio de Janeiro. O Fórum Interconselhos recebeu as informações das reuniões preparatórias que estão sendo realizadas.



O Fórum Interconselhos reúne hoje 54 conselhos nacionais e o Conselho de Participação Social.

O Ministro também fez o lançamento da participação presencial do Plano Clima Participativo, que já está em processo de apresentação de propostas e votação na plataforma digital Brasil Participativo. Essa etapa percorrerá biomas brasileiros para debater com a população.



O monitoramento da execução do Plano Plurianual 2024-2027 (PPA Participativo) é uma atribuição do Fórum Interconselhos. É uma iniciativa de transparência do governo federal.

Relatórios finais dos Grupos Técnicos de Trabalho

E ainda foram apresentados os relatórios finais dos Grupos Técnicos de Trabalho (GTTs) de Conselho e Conferências Nacionais e de Participação Social com Educação Popular nos Territórios. Entre as recomendações dos grupos está o aprimoramento dos colegiados e das conferências nacionais e a proposta de uma política de participação social nas políticas públicas do governo federal em sua dimensão territorial.



O conselheiro da CNTI Eduardo Armond na oportunidade fez entrega do documento de Análise do Movimento Sindical e as Mudanças Climáticas a Secretaria Geral da Presidência da República.

Pesquisa IPEC confirma melhora na avaliação do governo Lula

Levantamento encomendado pela TV Globo confirma a tendência observada no estudo da Quaest. Pesquisa ouviu 2.000 pessoas em 129 municípios.



Foto: Reprodução

A avaliação positiva do governo do presidente Lula variou positivamente de 34% para 37% de acordo com a pesquisa Ipec, divulgada nesta quinta (11). A pesquisa encomendada pela TV Globo confirma a tendência de alta na avaliação do Planalto, também registrada na pesquisa Quaest publicada nesta quarta (10).

Já a avaliação de ruim e péssimo caiu: foi de 32% para 31% no levantamento mais recente. A porcentagem daqueles que consideram o governo regular teve queda de 33% para 31%.

A margem de erro é de 2 pontos para mais ou para menos. Foram ouvidas 2 mil pessoas com 16 anos ou mais em 129 municípios, entre os dias 4 e 8 de julho.

Veja os resultados da pesquisa:

- Ótima/boa: 37%;
- Ruim/péssima: 31%;
- Regular: 31%;
- Não sabe/não respondeu: 2%.

A pesquisa trouxe ainda números sobre a aprovação pessoal de Lula, questionando os entrevistados se eles aprovam ou desaprovam a maneira como o presidente governa. A aprovação foi de 49% no estudo de março para 50% na nova pesquisa. Já a desaprovação caiu de 45% para 44%. Outros 6% não sabem ou não responderam.

A região Nordeste foi a que mais contribuiu para o aumento da avaliação positiva, com uma elevação de 43% para 53%. Entre aqueles com renda familiar mensal de até um salário mínimo, a aprovação também cresceu significativamente, de 39% para 48%.

Fonte: Portal Vermelho

Liberal, neoliberal e as confusões ideológicas: esclarecimentos

Liberalismo não é a mesma coisa que neoliberalismo. Pobre não deve ser associado, automaticamente, à esquerda, pelo fato de ser pobre. Este esclarecimento é necessário para tentar evitar que saiam por aí com o bordão preconceituoso, famoso e equivocado – “pobre de direita” –, que não passa de elitismo intelectual da esquerda. Quem é de esquerda não pode pensar e repetir estes estereótipos, muito menos em público. Socialismo e comunismo são a mesma coisa?

Marcos Verlane*



Liberalismo é corrente econômica, política social e moral baseada na liberdade, consentimento dos governados e igualdade perante a lei. Os liberais defendem ampla gama de pontos de vista, dependendo da compreensão desses princípios.

Mas, em geral, apoiam ideias como governo limitado, em relação aos poderes; direitos individuais, incluindo civis e humanos; livre mercado; democracia; igualdades de gênero e racial; liberdades de expressão, de imprensa e religiosa. E não defendem Estado mínimo. Os verdadeiros liberais, digo. Do contrário, não o são.

Os verdadeiros liberais, mesmo os conservadores, não querem impingir maldades contra aqueles que dão comida a quem tem fome na rua, ou impor suplício às mulheres, jovens e crianças, que abortam gravidezes originadas de estupros.

A Constituição de 1988 é liberal. Basta ler o longo capítulo sobre os “Direitos e Garantias Fundamentais”, os “Direitos e Deveres Individuais e Coletivos” e o que trata dos “Direitos Sociais”.

Winston Churchill

O celebrado, respeitado e histórico primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, pela obra do biógrafo oficial, o jornalista e historiador Martin Gilbert — Winston Churchill - Uma vida — escreveu lá no prefácio da biografia, página 13: “Churchill foi um radical; [ele era liberal e conservador] um verdadeiro crente na necessidade de interferência do Estado por meio da legislação e financeiramente e de garantia de padrões mínimos de vida, trabalho e bem-estar social para todos os cidadãos.”

“Entre as áreas de reforma social em que teve importante papel, incluindo a criação de muitas leis, estão a reforma social em que teve importante papel, incluindo a criação de muitas leis, estão reforma das prisões, os seguros-desemprego, as pensões do

**Brasília-DF, 12 de julho de 2024**

Estado para viúvas e órfãos, mecanismo de arbitragem para as disputas laborais, assistência do Estado para quem procura emprego, menor jornada de trabalho e melhores condições nas fábricas e oficinas.”

Churchill foi “também adepto do Serviço Nacional de Saúde [o celebrado SUS da Grã-Bretanha], do maior acesso à educação, da tributação dos lucros extraordinários e de coparticipação dos empregados nos lucros.”

Neoliberalismo

É a radicalização do liberalismo econômico. Surgido ali nos idos das décadas de 70 e 80, do século passado, cujos precursores políticos mais relevantes — Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Regan, nos EUA —, levaram aos estertores estes pressupostos econômicos, políticos e sociais para os países de economia em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

O neoliberalismo consiste na redução do Estado, ao mínimo, privatização de estatais, inclusive as estratégicas, e desregulamentações de direitos e regulamentação de restrições — as contrarreformas — trabalhista, de Temer, e previdenciária, de Bolsonaro, por exemplo, que conhecemos bem seu caráter.

Portanto, não se pode chamar os governos Temer e Bolsonaro, Centrão, partido Novo, MBL, Campos Netto e outros tantos, de liberais, porque não o são. Liberal nekeynesiano é Lula, no plano econômico, que fez e faz, na medida do possível, governos nekeynesianos, que na crise extrema contrata trabalhador para abrir buraco e outro para fechar, para evitar a depressão econômica.

Políticas sociais de transferência de renda nada têm de esquerdistas ou “comunistas”. São nekeynesianas. Aquelas do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), que preconizava no livro “A teoria geral do emprego, dos juros e da moeda”, a intervenção do Estado na economia, por meio de benefícios sociais e políticas fiscais.

“Pobre de direita”

Esta é clássica, como provocação ou indignação da militância de esquerda, quando se depara com a aparente contradição de o pobre votar e defender políticos de direita. Mas essa premissa é falsa, à esquerda ou à direita, pois não há relação, nem direta nem tampouco indireta, deste segmento majoritário da sociedade brasileira ter de ser de esquerda por sua condição socioeconômica, a pobreza.

Posições ou matizes políticos não são naturais, como a chuva que cai do céu ou o rio que corre o leito. Ideologia é resultado de mediações políticas, econômicas, sociais, materiais e culturais. Do

contrário, o Brasil estaria cheio de esquerdistas e subversivos nas imensas periferias, comunidades e favelas deste País.

Sobre isto, sugiro leitura mais completa do artigo: [“O ‘pobre de direita’ e a esquerda perplexa: um esclarecimento”](#)

Socialismo e comunismo

Outra confusão, agora à direita, nestes tempos de novilíngua bolsonarista, é ver “comunismo” em tudo. Em 2016, no mês de novembro, depois do golpe do impeachment da presidente Dilma, grupo de cerca de 500 manifestantes invadiu o Congresso Nacional pedindo intervenção militar.

Entre os manifestantes estava Rosângela Elisabeth Muller, que chamou a atenção nas redes sociais ao publicar vídeo em que aparecia questionando o que seria a “nova” bandeira nacional.

Em 2016, não havia bolsonarismo. Do afastamento de Dilma até então, a coisa só piorou no Brasil.

“Estamos no Congresso Nacional e nos deparamos com uma cena nojenta. Reparem aqui: a nossa bandeira tem um símbolo vermelho comunista. Veja aqui o que está acontecendo. Será essa a nova bandeira do Brasil?”, dizia Rosângela enquanto mostrava, na verdade, o logo escolhido para celebrar o primeiro centenário da imigração japonesa no Brasil. A frase virou mico e a internet não perdoou. ([Vídeo](#)) Os bolsonaristas, por exemplo, dizem até hoje que a vitória, em 2018, do ex-presidente inelegível foi o fim do “comunismo” no Brasil. Isto parece transe política. O governo de Temer foi “comunista”?

Vamos aos conceitos.

Segundo Karl Marx, com vista à teoria da transição, o socialismo seria etapa intermediária para outro sistema superior — o comunismo —, tornado possível somente após o pleno desenvolvimento das forças produtivas, “missão histórica” do capitalismo e do chamado proletariado, a classe, segundo o revolucionário alemão, insubmissa ou revolucionária, “porque nada tem [ou teria] a perder”.

O comunismo, ainda segundo Marx, seria a fase superior do socialismo, com a extinção do Estado, como ente pleno e opressor, da “classe operária revolucionária” e das classes sociais antagônicas — burguesia e proletariado — isso seria o alcance do nirvana.

No Brasil, desde sempre, a propaganda do “comunismo” sempre foi feita pelos inimigos do socialismo e do comunismo, este que nunca existiu na prática, em canto nenhum do mundo. Por óbvio, essa



Brasília-DF, 12 de julho de 2024

sempre foi enviesada, preconceituosa e mentirosa, no mais das vezes.

Quando esse Estado — comunista — ou onde esse modelo político, econômico e social foi implementado no mundo, do século 19 até então?

(*) *Jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap*

Fonte: Diap

Ampliação da licença-paternidade é aprovada pela CDH

Saulo Cruz/Agência Senado



Damares Alves relatou o projeto ao lado de Zenaide Maia

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou nesta quarta-feira (10) projeto que aumenta a duração da licença-paternidade e cria o salário-paternidade. O PL 3.773/2023, do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), foi aprovado na forma de um substitutivo (texto alternativo) da senadora Damares Alves (Republicanos-DF). O prazo da licença, que atualmente é de cinco dias, pode ser ampliado gradualmente, chegando a até 75 dias. O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A Constituição Federal estabelece que a licença-paternidade é um direito de todo trabalhador, que deveria ser regulamentado em lei posterior. Enquanto não fosse feita a regulamentação, a duração da licença seria de cinco dias. Como a licença não foi regulamentada, esse é o prazo que permanece até hoje. Atualmente o período pode ser ampliado em até 15 dias para trabalhadores de empresas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã (Lei 8.212, de 1991).

(Mais informações: Senado)

Fonte: Agência Senado

CAS aprova suspensão do pagamento de empréstimos de vítimas das chuvas no RS

Saulo Cruz/Agência Senado



A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, nesta quarta-feira (10), o projeto (PL 1.815/2024) que suspende por seis meses o pagamento das parcelas de empréstimos consignados de aposentados e pensionistas atingidos pelas enchentes do Rio Grande do Sul. Apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e com a relatoria da senadora Zenaide Maia (PSD-RN), a proposta também inclui beneficiados de programas sociais, como o Bolsa-Família. Se não houver recurso para a votação em Plenário, o projeto seguirá para análise da Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado

ABRASTT DEBATE: Impactos sobre emprego e condições de trabalho nas enchentes: análise da situação dos trabalhadores no RS

ABRASTT DEBATE

Impactos sobre emprego e condições de trabalho nas enchentes: análise da situação dos trabalhadores no RS

**OBJETIVO**

diagnóstico da situação do emprego e das condições de trabalho em face das catástrofes climáticas impulsionadas pela prioridade e processo predatório ambiental de diversos setores produtivos e de serviços, além do desinvestimento público em políticas de preservação e estruturação urbana.

15 DE JULHO DE 2024**18h-20h****INSCRIÇÕES:**

<https://forms.gle/NShbb6L3MywSVZpv9>

CONVIDADOS

RICARDO FRANZOI - Supervisor Técnico do Escritório Regional do DIEESE/RS

JOÃO NADIR PIRES - Secretário Regional da CNTI e presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçado e Vestuário do RS

Inscrição para o debate no dia**15 de julho de 2024, com início às 18h:**

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScVifR90y5MbBUFsI3EHlbgW0tSqKS5Ez36vhg0muEHeOmFfQ/viewform?usp=sf_link